GT01\_wendson veras asevedo

**SIDERURGIA E AÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA NO MUNICÍPIO DE AÇAILANDIA-MA.**

**Resumo**

Neste trabalho, faz-se uma análise da ação coletiva local, na contestação política de atores envolvidos numa Rede de Produção Global (RPG) no território da Amazônia Oriental; da capacidade de modificarem relações de poder. O Foco do trabalho é o estudo da mobilização coletiva dos trabalhadores metalúrgicos da siderurgia, no período posterior a crise econômica de 2008, através do estudo da atuação no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica de Açailândia e região-STIMA. Destaco alguns resultados desta pesquisa, discutindo a configuração desta ação sindical no leque do debate atual sobre o sindicalismo no Brasil, levando em consideração, a performance que este sindicato demonstrou na unificação de vários discursos, que se constituíram como novos repertórios de contestação política local; adquirindo o contorno do que se considera um sindicalismo do “tipo movimento social”, bem como as configurações político-partidárias em torno deste sindicato**.**

**Palavras-Chave**: Crise, Sindicalismo. Questão social.

**Introdução**

Este artigo descreve os resultados iniciais da Pesquisa “Estudo da atuação do Sindicato dos trabalhadores na indústria metalúrgica de Açailândia- STIMA no período posterior a crise econômica de 2008” (Bolsa PIBIC- CNPq), após revisão de literatura, e atividades de trabalho de campo. A partir da Crise econômica norte-americana de 2008, é possível perceber a articulação de uma série atores sociais com suas respectivas reivindicações: empresas siderúrgicas locais, sindicato, associação de moradores, organizações não governamentais e o próprio Estado em Açailândia. O objeto de estudo é a atuação deste sindicato no período posterior a crise econômica de 2008, que, como destacaram outros autores (Ramalho; Carneiro, 2013), afetou fortemente o mercado de trabalho metalúrgico em Açailândia, provocando a emergência de uma nova direção sindical.

O STIMA representa os trabalhadores metalúrgicos do município de Açailândia e circunvizinhanças, tendo como principal base sindical os trabalhadores das empresas siderúrgicas: Cia Vale do Pindaré, Viena Siderúrgica, Gusa Nordeste, SIMASA e FERGURMAR. E a partir do início de 2016, essa base sindical ampliasse com a entrada em funcionamento da primeira Aciaria no Polo siderúrgico de Açailândia, a empresa Aço Brasil Verde.

Parte-se do primeiro conjunto de aspectos estudados anteriormente, através do estudo realizado por Ramalho e Carneiro (2013), sobre a atuação do STIMA no período de crise econômica mundial de 2008, que, destacou o processo de articulação política deste sindicato com outros movimentos sociais, no que tange a uma unificação de vários discursos, que irão se constituir em “novos repertórios” de contestação política; para uma análise mais teórica e situacional desta ação sindical , no rol das perspectivas atuais do sindicalismo. Tais como o debate de um recuo ou declínio do movimento sindical. Além de uma delimitação das práticas de ação do STIMA a partir desta caracterização e capacidade de aglutinação com os diversos atores sociais, e com as demandas já existentes, que extrapolam as questões trabalhistas e se constituem em questões sociais.

**Discussão teórica sobre o sindicalismo no contexto atual**

É importante situar o atual momento do sindicalismo a nível global e posteriormente nacional para entender o contexto do movimento sindical. Existem algumas defesas na contemporaneidade sobre um possível declínio e até mesmo crise do sindicalismo. Para Boito Jr (2003) estas visões seriam limitadas, visto que circunscrevem-se apenas a uma área do globo, frequentemente aquelas dos países capitalistas centrais. Então propõe que seja necessário uma análise do sindicalismo levando-se em conta as características das localidades principais; mas, relacionadas ao contexto da economia mundial. Não há uma homogeneidade com relação à situação de recuo do mesmo, a intensidade da sindicalização varia de acordo com o setor econômico e o país considerado.

Houve uma perda de sua influência política nas principais economias capitalistas, que, segundo Rodrigues (*apud* Boito Jr, 2010), demonstra um declínio histórico do sindicalismo tendo como principais fatores: a diminuição do seu poder de barganha, como “pulverização” das categorias profissionais em diferentes sindicatos e aumento das negociações por empresas; aumento da flexibilização da força de trabalho, face ao processo de reestruturação produtiva, o que resultou em aumento das jornadas de trabalho, contratações temporárias e perdas de direitos trabalhistas.

No contexto brasileiro este processo se verifica a partir de 1980, e acirra-se na adoção das políticas neoliberais do Governo Collor em 1989, refletindo em um quadro de precarização das relações e condições de trabalho e do aumento significativo do desemprego. Segundo Oliveira (2014) percebe-se nesta conjuntura um processo de “feminização” e aumento do grau de escolaridade dos trabalhadores, bem como o acesso de uma mão de obra mais jovem, mais propensa aos interesses da empresa; e menos interessada na filiação sindical. São fatores que refletiram consequentemente na fragmentação do movimento sindical do país. Realidade vivenciada pelos trabalhadores metalúrgicos de Açailandia no período pós-crise internacional de 2008, nas indústrias de siderurgia desta parte oriental da Amazônia.

No entanto o autor ressalva que a queda da organização de trabalhadores nos EUA e França foram maiores que na Inglaterra e Alemanha. O Canadá, por exemplo, manteve seus níveis. Na região da Escandinávia, a organização cresceu, por exemplo, na Suécia onde todos os trabalhadores estão sindicalizados (BOITO JR, 2003). Por outro lado é reconhecível uma crise e um refluxo na América Latina: Brasil, México, Argentina, Chile, Bolívia. Contudo, em certas regiões o sindicalismo está crescendo, e crescendo muito. Regiões da Europa oriental onde não havia liberdade de organização, países asiáticos que passam pelo processo de industrialização.

Para Boito Jr (2003), como resultado destas tendências opostas (cai onde era muito forte, e cresce onde ainda está fraco), o “refluxo” do mesmo é apenas uma característica da situação atual: “É certo então que o recuo do sindicalismo é a tendência dominante, mas o fenômeno, em escala internacional é desigual e contraditório. ” Defende assim que o recuo atual é uma fase de crise e de refluxo temporários:

“Em primeiro lugar, o simples fato de o movimento sindical encontrar-se em ascensão na Ásia, região mais populosa do planeta e onde a economia capitalista mais tem crescido, já seria suficiente para evitarmos falar em decadência do sindicalismo.” (BOITO JR., 2003, p. 324).

Chama atenção o mesmo, para que se analise a situação através das tendências de curto prazo, comparando com as de longo prazo (as de decadência histórica). Há uma queda na sindicalização e greves nos EUA, Japão e Europa ocidental se compararmos aos anos 1970. Já em relação aos anos 1960, mantém-se igual, ou superior:

“Ou seja, o sindicalismo dos países centrais refluiu, mas não desceu a níveis inferiores aos de 35 ou 40 anos atrás. Mais ainda, se compararmos a segunda metade dos anos 1990 como os anos 1980, veremos que o sindicalismo conheceu uma significativa recuperação nos últimos anos nos países de capitalismo central. ” (Idem, p.325)

No caso do Brasil, segundo o autor, os patamares da organização e da atividade sindical contemporâneos encontram-se muito inferiores aos da década de 1980. No entanto tal configuração deste movimento na atualidade é significativamente superior ao movimento sindical dos anos 1950 e 1960. Destaca também o papel da CUT (Central Única dos Trabalhadores) como fundamental para a organização dos trabalhadores no período de industrialização desenvolvimentista.

Argumentam alguns, que a causa na baixa propensão à sindicalização estaria no novo operariado ou nas mudanças econômicas, sociais, e tecnológicas dos últimos tempos, pensados como irreversíveis. Uma das explicações é a de Offe (*apud* BOITO JR, 2003) sobre um processo de “heterogeneização e fragmentação socioeconômica da classe trabalhadora” que inviabiliza segundo este autor, o processo de organização coletiva do movimento sindical.

Estas duas causas são de ordem econômica. Para Boito Jr uma reflexão crítica sobre as mesmas, parece apontar no recuo do sindicalismo, um fenômeno conjuntural e passageiro. A perda da organização e da luta sindical em setores que possuíam um alto nível de mobilização, notadamente as minas, a metalurgia, os portos, ferrovias teriam uma relação direta com a redução destes postos de trabalho nas últimas décadas. Ele atribui a este processo, o fator tempo: “... não se cria um movimento sindical do dia para noite”. Ou seja, é preciso um tempo para que se estabeleça uma organização de novos trabalhadores.

Ele relaciona também a organização sindical do período anterior do capitalismo, à uma situação de benefício por conta da expansão do movimento socialista a nível internacional no século XX. Os novos trabalhadores estariam então numa “conjuntura política desfavorável”: crise do movimento socialista, crescimento da ideologia neoliberal, por isso defende não podermos concluir a “não propensão” à sindicalização dos novos setores de operários e assalariados: “... a história do movimento sindical está repleta de setores aparentemente pouco propensos à sindicalização que dadas determinadas condições históricas passam massivamente a luta sindical.” (BOITO JR., 2003, p. 327).

Resgata que os trabalhadores “não-qualificados” da indústria, no passado já foram considerados incapazes de se sindicalizar, porém viriam a serem os principais atores do desenvolvimento sindical do século XX. Boito Jr. alerta para um problema teórico que se faz nos estudos sobre sindicalismo; que é fazer diferenças entre os tipos de trabalhadores. Isto oculta o fato de que no sistema capitalista a acumulação de capital é o objetivo da produção, e a base desta é a exploração da mão-de-obra, seja em qualquer setor. Portanto existiria uma subestimação das potencialidades de resistência sindical dos trabalhadores, pois nesta lógica qualquer trabalhador em termos gerais está submetido a esta regra.

O autor discorda do argumento de Claus Offe, segundo o qual, a fragmentação e a heterogeneização da classe trabalhadora explicariam a crise ou refluxo do sindicalismo (OFFE *apud* BOITO JR., 2003). Para Boito Jr. trata-se de um erro histórico e teórico. Pois segundo ele sempre houve heterogeneidade nos mesmos, diferenciando-se quanto a remuneração, qualificação, setor econômico, idade, etnia, capacidade de organização, etc. E em relação a fragmentação (tempo integral e duração indeterminada, contrato precário, subempregos, etc.), esta não é linear, e para que realmente influencie na organização sindical, segundo ele; depende da conjuntura política e econômica.

A sua defesa é de que as transformações econômicas e sociais produzem efeitos políticos e ideológicos no movimento sindical. Exemplifica esta influência de divisão política e sindical no Brasil no caso da divisão político-ideológica entre os trabalhadores da CUT e da Força sindical. E destaca que a fragmentação socioeconômica sempre foi um fator a ser superado entre as classes de trabalhadores.

“O erro teórico do raciocínio que estamos criticando consiste em analisar a classe operaria e o sindicalismo separadamente do processo político nacional e internacional. Toda classe social deve ser analisada em sua relação com as demais classes sociais, nunca isoladamente” (BOITO JR., 2003, p.331).

Ou seja, numa conjuntura de desgaste de determinada ideologia política em conjunto com fatores socioeconômicos que se transformam a cada etapa do capitalismo, pode propiciar novas lutas sociais e favorecer uma forma de organização do sindicalismo. Houve um recuo em escala internacional do movimento sindical; ele foi desigual, pois em algumas regiões ele cresceu, mas recuou onde era forte, daí esta tendência desfavorável em uma configuração conjuntural.

**Crise econômica internacional de 2008 e a mobilização do sindicato**

A crise econômica mundial do *subprime* norte-americano de 2008 foi o ponto de partida de nosso estudo sobre a mobilização coletiva conduzida pelo STIMA, pelos efeitos do desemprego e do aumento da precarização do trabalho, pois, as medidas tomadas pelas empresas atingiram duramente os trabalhadores siderúrgicos: diminuição dos salários, redução das atividades produtivas (diminuição da jornada de trabalho de 8 horas para 6 horas diárias , redução de direitos conquistados (adicional noturno , hora extra), o fim da cesta básica mensal e da alimentação nos refeitórios (café, almoço, e jantar). Necessário entender como esta crise desdobrou-se a nível nacional e o que tornou-a danosa àquele setor produtivo.

A economia mundial foi afetada num momento em que o PIB mundial alcançava índices de 3,4% em 2002 e 2003, e havia atingido o patamar de 4,9% em 2004 e 2007, de acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (IFS/FMI *apud* SILVA e FONSECA NETO, 2012). No Brasil segundo estes autores, a crise teve uma repercussão menos intensa – àquela época – que nos países desenvolvidos; elas duraram em torno de cinco meses, tendo sido restabelecida as taxas de emprego. Ainda assim estes autores destacam que foram impactos “agudos”, com a diminuição “liquida” de postos de trabalho: “Setorialmente, as demissões concentraram-se na indústria, sobretudo nos segmentos de metalurgia básica, produtos de metalurgia básica, produtos de metal e fabricação de equipamentos, que perderam 10% de seus postos de trabalho” (SILVA e FONSECA NETO, 2012, p 104).

Estes autores destacam como um dos canais de transmissão dos efeitos da crise financeira dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos, aqui especificamente o Brasil, o fator demanda externa. Com a retração do mercado consumidor externo, as empresas exportadoras de *commodities*, justamente a maior característica das indústrias brasileiras, neste caso situamos em partícula as siderúrgicas instaladas em Açailandia, perdem no valor de preço dos produtos exportados.

Este foi o principal cerne para explicar o grande crescimento do desemprego deste setor que somando todas as empresas da cadeia produtiva da siderurgia na região, chegou a 20 mil pessoas. (CARNEIRO e RAMALHO, 2009) As demissões foram justificadas pelas empresas siderúrgicas pelo fato de que o comercio do seu produto estava vinculado exclusivamente para as exportações, e principalmente para os Estados Unidos, país “gerador” e em recessão econômica devido à crise. Os trabalhadores se articularam através da mobilização de diferentes movimentos com greves e “novos repertórios” de contestações, tais como as audiências públicas (inclusive com os poderes legislativos estadual e federal), movimentos de protestos nas ruas, conseguiram reverter esta situação, ainda que com muitas perdas de benefícios já conquistados.

Chama a atenção para uma boa recuperação logo em 2009, das taxas de desemprego nos países emergentes como Rússia, Brasil, e México, onde estas taxas já começam a recuar no segundo semestre deste mesmo ano: “No Brasil, ao final de 2009, a taxa de desemprego havia recuperado o patamar de 8,0% verificado antes dos efeitos da crise”.

“Em 2009, essa taxa volta a crescer, mesmo em um período onde ainda se sentiam os efeitos da crise na economia nacional. Por ter sido esta região a que mais cresceu nesse ano, sua participação no total nacional passou para 13,89 %. Isso leva a supor que a crise se fez sentir mais forte nas regiões com industrialização mais avançada, sofrendo com restrições a exportação (Sul e Sudeste), enquanto o Nordeste foi onde o emprego mais cresceu (8,7%), entre 2007 e 2009”. (Fernandes, Araújo, Targino, 2012, p.305)

Foi neste período que as empresas guseiras do Polo siderúrgico de Açailandia viveram o melhor momento em termos das exportações do ferro-gusa (toneladas), chegando a exportar 1,581 bilhão de dólares (Ramalho, Carneiro, 2013). No entanto ainda no primeiro trimestre de 2009, apesar da redução da capacidade de produção continuaram a exportar seu produto estocado:

“... as empresas continuaram exportando e lucrando com a venda do ferro gusa estocado mas de forma oportunista aproveitaram o cenário da crise econômica para demitir trabalhadores. Os dados comprovam que as demissões poderiam ter sido retardadas enquanto se confirmavam reduções nas exportações de ferro gusa.” (Ramalho; Carneiro *apud* Mancini, 2015)

Os trabalhadores metalúrgicos não aceitaram a continuação da retirada dos seus benefícios e direitos e, principalmente, a redução drástica dos postos de trabalho (1.033 demissões apenas em Açailandia), e a iniciaram o processo de mobilização com outras instituições sociais. Primeiramente com a Igreja Católica local que lidera o Movimento Popular em favor da justiça e da dignidade humana com promoção de audiências publicas para discussão dos impactos da crise para os trabalhadores metalúrgicos não apenas o desemprego; mas todos os direitos e conquistas suprimidos.

A empresa VALE, a partir desse momento de contestação, se torna “o foco central da crítica dos diferentes movimentos sociais” da região. (Carneiro; Ramalho, 2013). Devido ao seu monopólio de fornecimento do minério de ferro, que em 2010 aumentou o preço repassado às siderúrgicas de US$ 48,00 para US$ 137,00. O que neste primeiro momento levou durante a mobilização a uma aproximação entre trabalhadores e as usinas siderúrgicas através do SIFEMA-Sindicato das indústrias de ferro-gusa do Estado do Maranhão que se mobilizaram através de manifestações de ruas, e audiências publicas contra o aumento.

A atuação do STIMA hoje volta-se novamente para uma conjuntura de crise econômica, ainda reflexo dos efeitos de 2008, e que atinge aquela coletividade com a realidade do desemprego. Mais uma vez o Polo Siderúrgico de Açailandia, segundo as informações do STIMA e dos dados do Ministério do Trabalho (MTE apud MANCINI, 2015), encontra-se envolvido com uma queda na exportação para os países consumidores de aço. O que automaticamente acarreta uma desaceleração na produção, com paralisação de algumas indústrias e adiamentos de alguns investimentos. Segundo Jarlis Adelino, o presidente do sindicato, o impacto nos cinco primeiros meses deste ano para o setor, foram as demissões de 304 trabalhadores. (Entrevista Jarlis Adelino, 2016)

Em 2015, o presidente do STIMA chamou a atenção para este fechamento de postos de trabalho em toda cadeia da siderurgia, pois se há redução na linha de montagem, significa que está diminuindo a produção, então as empresas começam a dar férias aos metalúrgicos. Entretanto, diz que no processo produtivo, todas as empresas siderúrgicas, estão passando por um processo de modernização, contando já com uma estrutura de termelétricas, com injeção a carvão pulverizado, além de uma estrutura de reflorestamento voltada exclusivamente para as siderúrgicas. Assim como a implantação da Aciaria Aço Verde Brasil no inicio deste ano, iniciativa do grupo Ferroeste, proprietário da Gusa Nordeste, faz parte desta estratégia de modernização e constituição de um parque siderúrgico integrado nesta região, tentativa de se tornar mais independente do mercado consumidor externo.

**Ação sindical e a relação com a “questão social”**

O contexto de transformações que marcaram o fim do século XX e o início do século XXI com a globalização econômica e ajustes macro e microeconômicos refletiram efeitos sobre o mundo do trabalho e, por conseguinte nos sindicatos, é importante este debate para compreender o que considerou-se um enfraquecimento da identificação, dentro da categoria de “classe”; na representação dos trabalhadores, seja em partidos, seja em sindicatos (Ramalho, Santana, 2003). Ocorreu uma maior “flexibilização” da produção e dos mercados: contratação flexível e desemprego constante passam a se tornarem regras, portanto uma mudança de perspectiva neste processo: a perspectiva de proteção, substituída pela perspectiva de competição, que vê na lógica do Estado mínimo, e mesmo na desigualdade social a condição de que os indivíduos se engajem na sociedade. (RAMALHO, SANTANA, 2003)

Tal ideologia se refletiu no processo de organização dos trabalhadores e na relação capital/trabalho. Há um processo de “decomposição do social”, que produz uma “decadência do coletivo”, que é prejudicial aos instrumentos tradicionais de representação. Autores enfatizam que recorre-se agora diretamente ao Estado, perdendo-se a expressão das reivindicações “unificadas e canalizadas” nos sindicatos.( FITOUSSI e ROSANVALLON, 1997: 57, *apud* RAMALHO e SANTANA, 2003).

Estas mudanças ocorrem primeiro nas regiões mais desenvolvidas onde a proteção social do “*welfare state*” é destituída em favor da “doutrina neoliberal.” Para os autores isto explica os problemas do sindicato, enquanto movimento e instituição e os riscos a sua pratica, e as ações e conquistas desenvolvidas no século XX, dificuldades trazidas por uma “sociabilidade” segundo os mesmos, oposta ao “coletivo”e “publico” como já citado acima. Este período de flexibilização das relações de trabalho e de mudanças nas ações do Estado, caracterizam o processo que se expandiu a nível global, conhecido como Reestruturação Produtiva.

Contudo, neste contexto de baixa proteção, de desregulamentação e de flexibilização do sistema social, indicam *um ressurgimento do movimento organizado dos trabalhadores.* O desenvolvimento de “novos formatos” de organização e orientação sindical: articulação de atividades tradicionais de mobilização com outras atividades (externas); o debate e a participação (intervenções) em projetos de políticas públicas e sociais. Ocorreu, segundo eles, a inclusão da “questão social” ao ideário sindical. Questão que envolve um quadro geral de desigualdades: pobreza global e ampliação de vulnerabilidade social e econômica nas sociedades capitalistas. Isto expande a analise sociológica para além do chão-de-fábrica.

Ou seja, vê-se expresso na mobilização coletiva dos trabalhadores metalúrgicos do STIMA com sua ampliação, participação e debate nas questões sociais de desigualdade com outros movimentos; ocorrida em Açailandia no período de crise econômica de 2008, um exemplo deste “novo formato” sindical. Sobretudo quando se utiliza o conceito de “precarização” do trabalho, situação a qual aqueles trabalhadores foram submetidos desde a origem das relações de trabalho da indústria siderúrgica naquela localidade.

Esta discussão sobre novos processos de trabalho ajuda a problematizar o padrão flexível deste contexto de reestruturação: novos aspectos da divisão social do trabalho, novos tipos de contrato, trabalho informal, etc. que ajudam na interpretação do movimento sindical na atualidade. E para isto os mesmos autores propõe que se coloque a “questão social”, em primeiro plano através da associação de precarização, pobreza e exclusão feita por Robert Castel. Esta percepção parece destacar a “função integradora” do trabalho na sociedade, num ambiente de desemprego e novas formas de pobreza:

“Além disso, reconhece-se ‘uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que ‘amparam’ um indivíduo diante dos acasos da existência, possibilitando ‘zonas de coesão social’.” p. 21. (Castel, 1998 *apud* Ramalho e Santana, 2003)

E ainda: “A problemática da coesão social não é a do mercado, a solidariedade não se constrói em termos de competitividade e de rentabilidade” (Castel, 1997 *apud* Ramalho e Santana, 2003). A chamada “nova questão social” se revela pela inadequação de antigos métodos de gestão do social e tem seu surgimento a partir dos anos 1980, como resultado de um processo de insegurança social que se refletiu em desemprego. Fato que retorna as sociedades capitalistas do século XXI.

O contato com outros movimentos sociais, não é algo novo na história do sindicalismo. No plano internacional existe uma atitude de apoio e alianças, segundo Andre Gorz (*apud* Beynon, 2003). Ele defendia que o apoio dos sindicatos aos outros movimentos sociais era decisivo para os próprios sindicatos e que o movimento sindical era a força mais forte dentro de movimentos progressistas:

“A definição de se esses outros elementos serão parte da esquerda ou romperão com ela, se estarão engajados em ações coletivas ou permanecerão como minorias tentadas ao recurso da violência, depende de se o movimento sindical se opuser a eles ou buscar alianças ou ações conjuntas.” (GORZ, *apud* BEYNON, 2003, p.62).

Beynon ressalta que os sindicatos no século passado eram uma realidade “estranha” aos movimentos sociais, no entanto uma mudança se projetava, cita o exemplo do Reino Unido e Estados Unidos, em que Campanhas para o cancelamento da divina externa, espalharam-se através da reunião de grupos religiosos, sindicatos e ONGs. Também no Reino Unido a associação de sindicalistas de minas com ativistas ambientais, utilizando-se da experiência de uma greve de um ano desenvolveram protestos contra o trabalho em minas a céu aberto (“*opened coal mining”*), por serem poluentes ao meio ambiente.

É possível encontrar uma correlação da mobilização coletiva do STIMA durante a crise e pós-2008, com esta tendência de um “sindicalismo mais comunitário” que se une a outros movimentos sociais para reivindicar os interesses dos excluídos do mercado de trabalho. Seria o que Moody (*apud* Ramalho; Santana, 2003) defende: um sindicalismo mais aberto às novas demandas, e em medida internacional, “um sindicalismo tipo movimento social”.

**As perspectivas do sindicalismo e a atuação sindical do STIMA**

Pergunta-se,se com a reestruturação produtiva e o enfraquecimento dos modos de representação, o sindicalismo não estaria prestes a desaparecer. No entanto acredita-se que a crise não seja da instituição de representação, mas, de sindicatos que foram atingidos por transformações na produção. (Rodrigues *apud* Ramalho e Santana, 2003). De acordo com esses autores, em seu formato moderno os sindicatos se constituem em órgãos que buscam associar e defender os interesses dos trabalhadores, tanto em âmbito nacional, quanto local, ainda assim existem seus “graus de eficiência” que são variados; e também seus particularismos que se desdobram em estratégias e estruturas que podem ser dependendo de cada contexto, divergentes.

“Os sindicatos são formas, entre outras, de representação de assalariados, já que estes se reconhecem também dentro de movimentos sociais, pequenos grupos de esquerda, partidos de direita e às vezes de extrema direita, presentes no mesmo lugar de trabalho” (Ramalho e Santana, 2003).

A analise dos aspectos históricos, organizativos e políticos varia de acordo com à capacidade de reação dos sindicatos frente ao novo contexto social. Por exemplo fatores que associados as mudanças na estrutura produtiva: “flexibilização” das relações de trabalho, o uso intensificado da subcontratação de trabalho, redução do emprego industrial por motivos tecnológicos, ou mesmo novas forma de gestão , que desestimulam a sindicalização (RODRIGUES, 1999 apud RAMALHO e SANTANA, 2003).

Contudo o desemprego parece ser o fator que mais incide sobre o sindicalismo, responsável algumas vezes pela sua desmobilização. Já que pelo enfraquecimento dos trabalhadores fora do mercado de trabalho, o sindicato se volta quase totalmente aos que ainda estão empregados (Ramalho e Santana, 2003). No caso do STIMA, a atuação no período de crise: greve e desemprego; se volta justamente para os trabalhadores desempregados, o que “contrariando” o fator de desmobilização, fortificou ainda mais a mobilização deste sindicato.

Hyman (*apud* Ramalho e Santana, 2003). Contesta a tendência de crise do sindicalismo, e diz que há uma visão mitificada do passado, como “época dourada” sindical:

“... A história desde o inicio nunca foi assim. (...) Os sindicatos como organizações coletivas estão inelutavelmente arraigados a uma heterogeneidade de experiências e aspirações imediatas localizadas: espontaneamente tem tanta probabilidade de estar em conflito, como em concordância . A construção de expressões de solidariedade mais abrangentes sempre requereu um esforço deliberado e precário, uma mobilização por parte dos lideres e dos ativistas de base; ...” p 26.

É uma perspectiva unilateral, que permite ver que a maioria dos sindicatos quando adere à organização coletiva, também busca alcançar necessidades e aspirações individuais, “o que vem ocorrendo não é uma crise do sindicalismo, mas uma crise de estilo e da orientação tradicionais do sindicalismo”.

Nos estudos sociológicos a este respeito; a tendência de mudanças, aplica-se ao caso do STIMA, assim como a tendência de representação de trabalhadores desempregados, “precarizados” ou excluídos da produção. E ainda esse movimento se mostra quando aquele demonstra-se articulado, militante e político , quando articula este poder com outros sindicatos, organizações de bairro e outros movimentos. Ostermam (*Apud* Ramalho e Santana, 2003) considera que o sindicalismo de futuro precisa ter uma “feição de redes ampliadas”; é necessária uma estratégia de recrutamento onde os sindicalizados permaneçam na mobilização ainda que estejam fora do mercado de trabalho:

“Novas e variadas formas de organização e construção de coalizões que articulem não apenas sindicatos diferentes e organizações de empregados, mas também grupos e organizações comunitárias que lutam pelos direitos humanos, e dos trabalhadores, independentemente de conexão com os locais de trabalho” (OSTERMAM, 2001 a*pud* RAMALHO e SANTANA, 2003; p.29).

Hoje segundo a literatura pertinente questiona-se também sobre a capacidade de representação dos trabalhadores. A solução segundo Mingione (*apud* Ramalho e Santana, 2003) se encontra em dois focos: Primeiro na capacidade de representar os trabalhadores mais qualificados. E segundo na intermediação do emprego e inclusão dos que estão excluídos da representação.

No caso do Brasil, pode-se citar um momento de crescimento institucional e político do sindicalismo a partir das greves do ABC paulista de 1970 e das centrais sindicais dos anos 1980, principalmente no caso da CUT (Ramalho e Santana, 2003). O que estes autores concluem é que há um desenvolvimento da ação sindical para “além dos muros das fábricas” de acordo com a conjuntura social e política do país, possibilitando a associação de reivindicações econômicas e políticas com o processo de democratização do Brasil.

Nos leva a entender como a conjuntura de crise econômica e social de 2008, possibilitou ao STIMA, uma oportunidade de constituir reivindicações por intermédio de associações, tornando-se uma ação sindical mais ampla.

Os anos 1990, “põe em xeque” com as transformações na organização da produção duas questões que assumem o primeiro plano na constituição e mudanças nas reivindicações do sindicalismo no Brasil: o desemprego e a “precariedade” do trabalho. Justamente estas foram as bases do processo mobilizatório do STIMA em 2008. No contexto atual os autores destacam também um tipo de “cooperação conflitiva” presente na dimensão de mudança, por exemplo, na atuação da CUT.

A primeira década deste século tem um elemento histórico que influenciou intensamente no processo de transformação pelo qual tem passado o movimento sindical brasileiro. Trata-se da chegada de Luís Inácio Lula da Silva a presidência da Republica; que gerou um clima de profundas expectativas na sociedade, e mais forte ainda no setor sindical e nos trabalhadores. É a eleição inédita de um ex-operário e dirigente sindical, vindo também de um partido de origem operária e popular. Sem dúvida um personagem importante na história do sindicalismo e das lutas sindicais dos anos 1970 e 1980.

Era um contexto social de grandes alterações sociais das relações de trabalho, resultado da década neoliberal, e do governo de mesma matriz ideológica que trouxe graves perdas sociais e econômicas para os trabalhadores, fazendo-os esperar ainda mais por ações deste governo, com intuito de mudar este quadro. Para o sindicalismo, segundo o mesmo autor, o momento representava uma oportunidade histórica de reverter a “subtração de direitos sociais” anteriores.

Houve neste período uma tentativa de constituição do que Roberto Véras Oliveira (2014) chamou de espaços de “concertação social”, com objetivo de realizar uma espécie de “diálogo social” em que sem dúvida e particularmente o sindicalismo era peça fundamental desta empreitada. Muitas foram as ações neste sentido, como por exemplo o CDES – Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico, e o FNT – Fórum Nacional do Trabalho.

Os estudos sobre desenvolvimento sindical (Hyman, Mispelblom, *apud* Ramalho e Santana, 2003) destacam que o sindicato como instituição que surgi na maioria dos países industrializados como representantes de interesses setoriais, frequentemente locais e coletivos, mas que se tornam mais amplos gradativamente.

Assim, visualiza-se na organização coletiva do STIMA, a partir do que se verificou na conjuntura de crise econômica internacional e pós crise 2008, uma incorporação das demandas tanto do movimento sindical, relacionadas as garantias trabalhistas quanto com a articulação em rede com outras formas de representação, as quais já possuíam suas contestações aos efeitos prejudiciais observados nos projetos de desenvolvimento relacionados ao Polo Siderúrgico de Açailândia: as reivindicações dos moradores do bairro Pequiá, onde se situa este projeto, que lutavam contra a poluição do ar causada pelo mesmo, e há muito reivindicavam a construção de um novo assentamento urbano; bem como os movimentos de defesa de causas ambientais, de defesa dos direitos humanos, na crítica a presença do trabalho escravo na cadeia de produção da siderurgia a carvão vegetal. Podemos citar a ONG Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) e Justiça Global com a Campanha Justiça nos trilhos com a produção de um Relatório por todas estas entidades: “Quanto valem os direitos humanos?” (Carneiro; Ramalho, 2013).

No intuito de buscar soluções para a realidade atual do desemprego, o sindicato realizou em 2015 audiência pública, juntamente com governo municipal, empresas, trabalhadores, parlamentares estaduais e a representantes da sociedade civil organizada, onde foram elaboradas propostas para encaminhar ao governo estadual; como a liberação de ICMS retido, melhorias nas estradas por onde percorre a produção de carvão vegetal; garantia dos postos de trabalho; redução de ISS por dentro de determinado período.

E ainda proposições para o governo federal de enfrentamento da crise no setor siderúrgico no município. Dentre as propostas encaminhadas, está a criação de Grupo nacional de enfrentamento da crise no setor siderúrgico, composto pelas bancadas de senadores e deputados federais dos Estados do Maranhão, Pará, Mato Grosso e Minas Gerais. Outra seria a liberação do PIS e COFINS que fica retido com Governo Federal. No que tange ao engajamento do STIMA no movimento sindical nacional, o mesmo a interage junto a ações desenvolvidas pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos **–** CNM, que, por sua vez, está ligada a Central Única dos Trabalhadores.

**Considerações finais**

As discussões acerca do cenário atual do sindicalismo nos permitiu entender a complexidade e diferenciação das organizações sindicais, em sua multifacetada realidade, já que variam conforme o pais ou região, ramo da indústria, ou ramo econômico, diferenças de ideologia política. O debate sobre a crise ou declínio deste movimento, faz emergir alguns contrastes desta variedade. Principalmente quando se compara a ação sindical do STIMA, que ora demonstra discordância com os fatores – sendo o desemprego o maior deles – que provavelmente deveriam ser fator de desmobilização dos atores sociais; e, ao mesmo tempo faz-se concordante com as teses que privilegiam uma percepção que leve em conta os efeitos de uma dada conjuntura política, econômica e social sobre as organizações de representação do trabalho. Como o é, a realidade atual de crise econômica a qual está novamente submetido àqueles trabalhadores metalúrgicos.

Preliminarmente, face ao estudo que daremos continuidade; para o momento podemos levar em consideração e atribuir ainda que prematuramente, o perfil de sindicalismo “tipo movimento social” à ação sindical do STIMA, por sua articulação a outros atores sociais também relacionais, devido ao contexto de conflitos, por isso coletivo; e a transcendência extra-local, que essa mobilização adquiri, ao que parece, a partir do momento que se configura como uma contestação, da estrutura que constitui este processo, colocando em primeiro plano a chamada “questão social” na pauta de sua demanda associada com outras demandas já existentes.

Globalmente um recuo internacional não é uma decadência histórica, de uma mudança econômica irreversível (Boito Jr, 2003), mas denota um processo de “mutação” do sindicalismo, que cresce com as transformações das democracias e o aumento do processo de industrialização em determinadas regiões, e o seu desenvolvimento no futuro.

**Referencias Bibliográficas**

BEYNON, Huw. O sindicalismo tem futuro no século XXI? In: RAMALHO, J. Ricardo; SANTANA, MARCO A. (orgs).  Trad. Marco Aurélio Santana. **Além da Fábrica: Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. Boitempo; São Paulo, 2003.

BOITO JR., Armando. A crise do sindicalismo. In: RAMALHO, José R.; SANTANA, Marco A. (orgs).  **Além da Fábrica: Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. Boitempo; São Paulo, 2003.

BOITO JR, Armando ; MARCELINO, Paula. O Sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. In: **Caderno CRH**, v.23; n.59. p.323-338. Maio/Ago; Salvador, 2010.

CARNEIRO, Marcelo S.; RAMALHO, J.R. “A crise econômica mundial e seu impacto sobre o setor siderúrgico maranhense: relações entre o desempenho recente das empresas guseiras e o desemprego no município de Açailândia”. In: CARNEIRO, M. S.; COSTA, W. C. da (Org.). **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**. São Luís: EDUFMA, 2009, p. 37-48.

FERNANDES, Maria de Fátima D; ARAÚJO, Sabrina M. de. TARGINO, Ivan. Espacialização do emprego industrial no Nordeste: 2000-2009. In: TARGINO, Ivan; OLIVEIRA, Roberto V. de (orgs) **Cenários da crise e do trabalho no Brasil.**. Editora Universitária da UFPB; João Pessoa, 2012.

MANCINI, Roberto Martins. **Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense:** a dimensão político-institucional da estruturação do território produtivo de Açailândia (MA). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, 2015.

OLIVEIRA, Roberto Véras; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (orgs.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Fino Traço, 1ª ed, Belo Horizonte, 2014.

RAMALHO, José. R.; CARNEIRO, Marcelo S. Ação sindical, contestação política e siderurgia na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, V. 16. Nº 1. p. 7-28, jun. 2013.

RAMALHO, José R.; SANTANA, Marco A. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: RAMALHO, J. Ricardo; SANTANA, Marco A. (orgs).  **Além da Fábrica: Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. Boitempo; São Paulo, 2003.

SILVA, Fábio José F. da; FONSECA NETO, Fernando de A. A crise do *subprime* alcança o Brasil: canais de transmissão e efeitos sobre o desemprego. In: TARGINO, Ivan; OLIVEIRA, Roberto V. de. (orgs).  **Cenários da crise e do trabalho no Brasil.** Editora Universitária da UFPB; João Pessoa, 2012.